GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Governo Regional não divulga custos das deslocações de profissionais de saúde nos Açores, denuncia PS/Açores

O PS/Açores denunciou hoje o facto de o Governo Regional optar por não divulgar os custos das deslocações dos profissionais de saúde nos Açores, não permitindo assim conhecer o impacto financeiro destas deslocações e avaliar a gestão dos recursos públicos.

Carlos Silva, deputado eleito pelo PS, considerou que esta é uma matéria particularmente relevante, num contexto em que os hospitais da Região continuam a enfrentar dificuldades na prestação de cuidados de saúde em tempo útil aos Açorianos.

"Os hospitais recorrem, de forma sistemática, a prestadores de serviços e à mobilidade de profissionais entre unidades de saúde. Importa conhecer os custos dessas deslocações e perceber o que está a ser feito para reforçar os quadros e melhorar o acesso dos Açorianos aos cuidados de saúde", sublinhou.

Num requerimento apresentado em julho, o PS/Açores solicitou ao Governo Regional informação sobre os valores pagos a profissionais externos aos quadros, o número de profissionais em regime de deslocação e os montantes anuais despendidos desde 2024.

Para o deputado importa também apurar quantas vagas (procedimentos concursais) foram abertas para admissão de profissionais de saúde nos três hospitais da Região desde 2024, "procurando perceber em que medida tem sido reforçado o quadro de profissionais."

"É fundamental saber quantas vagas foram abertas e quantos profissionais foram efetivamente contratados. O reforço dos quadros é essencial para melhorar a capacidade de resposta dos hospitais e o acesso dos utentes aos cuidados de saúde", sublinhou Carlos Silva.

O deputado do PS/Açores lamenta, por fim, que o requerimento apresentado a 17 de julho continue sem resposta, considerando que o atraso compromete o exercício da fiscalização parlamentar sobre uma matéria com impacto na gestão dos recursos públicos e na prestação de cuidados de saúde na Região.

"Passados dois meses e meio, continuamos sem a informação solicitada. A Assembleia Regional tem o dever de fiscalizar a ação do Governo e, para isso, precisa de ter acesso à informação necessária", concluiu.

GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Ponta Delgada, 02 de outubro de 2026